



NOTA CRÍTICA

Nota crítica a “O capitalismo em crise”*

Victor Neves**

Annabelle Bonnet***

O livro *O capitalismo em crise*, de Paulo Nakatani e Rosa Marques, publicada pela editora Expressão Popular em 2020, traz uma interpretação, posicionada no campo da crítica marxiana da economia política, sobre as determinações da crise econômica no capitalismo contemporâneo.

Trata-se, em primeiro lugar, de uma síntese da reflexão sobre a economia capitalista que vem sendo empreendida pelos autores, sistematicamente, separada ou conjuntamente, há mais de quatro décadas. Para eles, a crise capitalista só é compreensível levando-se em conta o lugar e o peso hodiernos de certas formas de existência do capital, nomeadamente o capital portador de juros e o capital fictício. Nesse sentido, o livro busca apresentar elementos para uma compreensão de como tais formas assumiram centralidade na determinação da dinâmica da acumulação, constituindo os principais definidores das relações econômicas e sociais no capitalismo contemporâneo.

Em segundo lugar, busca-se apresentar essa síntese de modo acessível ao leitor médio, não especializado em economia. O alvo é aquela figura com sensibilidade aguda para os problemas do mundo contemporâneo, desejosa de encontrar respostas para questões econômicas que, muitas vezes, permanecem obscuras (ou são apresentadas de modo indecifrável) quando da leitura dos jornais da grande mídia ou de publicações especializadas. Assim, o livro, de um lado, não quer reproduzir o tecnicismo presente no jargão da área, e não pretende, por outro lado, mapear as consideráveis divergências de interpretação entre economistas.

Marques e Nakatani convidam o leitor à reflexão através da colocação de uma questão central: como o capital portador de juros, especialmente na sua forma de capital fictício, determina a dinâmica da acumulação capitalista nas últimas décadas, e, com ela, a forma específica, “financeira”, assumida pelas crises do capital?

* O presente texto retoma, aprofundando e desenvolvendo, ideias expostas no comentário sobre o livro publicado pelos autores no blog A terra é redonda, no endereço: <<https://aterraeredonda.com.br/o-capitalismo-em-crise/>>.

** Victor Neves é professor efetivo na Universidade Federal do Espírito Santo, vinculado ao Departamento de Teoria da Arte e Música e ao Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS/UFES).

*** Annabelle Bonnet é pesquisadora associada à *École de Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS/Paris) e pós-doutoranda no PPGPS/UFES.

O enfrentamento dessa questão exige que os autores mobilizem elementos para compreender:

1. O que são o capital portador de juros e o capital fictício?
2. Como foi que essas formas do capital assumiram centralidade no mundo atual?
3. Como essa predominância afeta variáveis centrais nas economias capitalistas, como o crescimento econômico e o nível de emprego?

Tais questões são enfrentadas ao longo de quatro capítulos, que poderíamos separar em duas partes. A primeira parte do livro, mais voltada para a exposição dos fundamentos com os quais os autores trabalham, compreende os capítulos 01 e 02. A segunda parte, mais voltada para o exame do presente, abarca os capítulos 03 e 04.

No capítulo 01, “O movimento do capital”, discorre-se sobre a autonomização das formas do capital, recorrendo-se aos livros I e II de *O capital*. Expõe-se ali que tanto o capital em geral quanto os capitais particulares têm sua existência determinada pela necessidade de valorização do valor, e, dependem de mudar ininterruptamente de forma para que ela ocorra. O capital deve se transformar reiteradamente de dinheiro em mercadorias (meios de produção e força de trabalho), que entrarão no processo produtivo e serão transformadas em novas mercadorias portadoras de mais-valor, que serão, por sua vez, novamente convertidas em dinheiro (em montante maior que o inicialmente adiantado).

As formas, portanto, são: forma dinheiro, forma mercadoria, forma produtiva. O ciclo, cuja forma os autores buscam na Seção I do Livro II de *O capital*, é: $D-M \left(\frac{FT}{MP} \right) \dots P \dots M' - D'$.

O significado dessa fórmula é: dinheiro (D) é adiantado para a compra de mercadorias (M), divididas em força de trabalho (FT) e meios de produção (MP), que serão destinadas ao processo de produção (P), que resultará em novas mercadorias (M'). Essas serão, finalmente, convertidas em mais-dinheiro (D'), ou seja, dinheiro em montante maior que o inicialmente adiantado. A diferença entre os montantes de dinheiro representa o mais-valor (MV) criado pela força de trabalho. Note-se que o mais-valor aparece na fórmula do ciclo apenas como a “linha”, a “ ’ ” que acompanha a segunda aparição de M e D (como M', D'), indicando que elas portam o mais-valor criado na produção pela força de trabalho. Na imediatez do modo capitalista de produção, o mais-valor aparece, a princípio, sob a forma de lucro contábil, expresso em unidades monetárias.

Chama-se a atenção, nesse capítulo, para aspectos importantes do ser e do movimento do capital, que confluem para a autonomização de suas formas e para a hipertrofia do capital portador de juros e do fictício.

1. O capital é, antes de tudo, e sempre, uma relação social.
2. Essa relação aparece, no tocante à produção de riqueza, como estando fundada na relação contratual entre capitalistas e trabalhadores, que dá ao capitalista o direito de empregar a força de trabalho no processo produtivo a ele subordinado, apropriando-se do mais-valor gerado aí, ou seja, explorando o trabalhador.
3. Essa relação expressa, ainda, certa forma específica de acumulação de riqueza: riqueza acumulada com a simples finalidade de produzir mais riqueza.
4. Essa produção de riqueza exige que o capital seja posto em movimento. D tem de se transformar em M_{MP}^{FT} , que, por sua vez, tem de se transformar em M' através de P , e M' tem de ser posto à venda no mercado de modo a se converter em D' , forma na qual o capitalista poderá efetivar socialmente a apropriação do mais-valor criado pela FT em P , usufruindo dele (consumo suntuário) ou reinvestindo-o (consumo produtivo).
5. O movimento do capital é, portanto, entendido como sua mudança de forma, sendo D , M , P , M' e D' diferentes formas de manifestação do capital. Essa mudança de forma é um pré-requisito do processo de valorização. Capital parado, ou seja, capital que, provisória ou permanentemente, não está mudando de forma, não está mobilizado no processo de extração de mais-valor e deixa, por isso, de funcionar como capital.
6. Isso significa que sempre que o movimento de parte do capital é interrompido, essa parte do capital deixa, ainda que provisoriamente, de funcionar como capital. Um exemplo: máquinas em estoque, que não estejam sendo empregadas na produção, representam valor acumulado, mas não funcionam como capital enquanto não ingressam no processo produtivo. Estão se deteriorando e depreciando sem cumprir a função que lhes cabe nos processos de produção de valor e valorização.

A enumeração desses pontos sugere os seguintes problemas enfrentados pelos capitalistas:

1. No processo de produção, sempre há alguma parcela do capital parada. Por exemplo: compraram-se mercadorias que ainda não podem ser empregadas na produção, e ficam algum tempo em estoque; ou compraram-se máquinas que exigirão adaptações da unidade produtiva para sua implementação e uso, e ficam, portanto, algum tempo paradas.
2. O processo de produção leva certo tempo para ser completado. Durante esse tempo, parte do capital nele envolvido está imobilizada.
3. Uma vez concluído o processo de produção, o capitalista ainda precisa vender as mercadorias produzidas, o que não se dá de uma só vez – e

também exige certo tempo, que pode se contrair ou prolongar a depender de variáveis externas a sua vontade, como, por exemplo, a demanda.

Esses problemas, que o capital enfrenta devido a sua necessidade, tomado enquanto totalidade, de mudar de forma e passar pela produção, enfocados por Marx, sobretudo, no Livro II de *O capital*, estão na base de um ponto fundamental que é apresentado por Nakatani e Marques: “cada unidade individual de capital pode e deve estar continuamente e no mesmo momento sob as três formas autônomas: capital dinheiro, capital mercadoria e capital produtivo” (Nakatani e Marques, 2020, p. 11).

A parte que está sob a forma dinheiro, o capitalista não a reterá entesourada embaixo de seu colchão ou no baú. Ele a emprestará, direta ou indiretamente (aplicando-a, por exemplo, em títulos de dívida, ou depositando-a junto a um banco ou operadora financeira que, por sua vez, a aplicará em ativos financeiros), com a finalidade de que essa parte do capital renda juros – ou seja, de que ela continue realizando o circuito D-D’, mesmo sem passar pelo processo produtivo por ele comandado. Surge assim uma separação entre capitalista prestamista e capitalista em atividade, ou funcionante, aprofundada por Marx na Seção V do Livro III de *O capital*. Note-se aqui que essas funções, prestamista e funcionante, podem ser desempenhadas simultaneamente pelo mesmo capitalista, e, frequentemente, o são. Reforça-se assim uma forma particular do capital: o capital portador de juros.

Esse ponto é abordado pelos autores no capítulo 02, “Capital monetário, capital portador de juros, capital fictício”. Eles chamam a atenção para o fato de que a forma capital portador de juros é uma forma em que o fetichismo (sumariamente: o ocultamento das relações sociais pela relação entre coisas, que assume o lugar da relação entre pessoas) e a reificação (sumariamente: a apresentação imediata das relações entre pessoas como relações entre coisas) assumem seu mais alto grau, uma vez que, nela, dinheiro gera mais dinheiro, D-D’, sem passar, do ponto de vista do prestador, pela mediação das mudanças de forma.

A posição dos autores ecoa o que é sustentado por Marx no capítulo XXI do Livro III de *O capital*, quando demonstra que o capital jamais aparece na circulação enquanto tal. Ele aparece ali somente como mercadoria ou dinheiro, como forma provisoriamente imóvel. Ou seja: o capital, a princípio, não se apresenta como tal no processo de circulação, e o enxergamos enquanto capital apenas ao mirarmos seu movimento enquanto totalidade mediada pelo processo produtivo, ou seja, pelo processo de extração de mais-valor. Entretanto, na forma de capital portador de juros, a coisa ocorre de modo aparentemente diferente: nela, o possuidor de dinheiro aliena-o a um terceiro, com a intenção de valorizá-lo, lançando-o na circulação diretamente como capital, como valor que possui o valor de uso de criar mais-valor, como valor que transita temporariamente das

mãos de um prestador a um tomador e retorna, depois de certo tempo, realizado, acrescido de valor. Tudo se passa como se tal acréscimo fosse propriedade inata do montante emprestado, materializada através da mera passagem do tempo decorrido entre empréstimo e devolução.

Os autores lembram que esse acréscimo de dinheiro, manifesto nos juros, tem origem no mais-valor criado na produção por outra fração do capital social, personificada pelo capitalista que tomou o empréstimo, ou, ainda, por outro capitalista envolvido diretamente com a atividade produtiva, que tenha alguma relação de dívida para com aquele que tomou o empréstimo. Cabe notar, quanto a isso, que a riqueza capitalista se reduz, em última instância, ao maior ou menor poder de se apropriar de trabalho alheio, e que tal apropriação não precisa se dar através da participação direta, na produção, do capital particular a ser valorizado. Ela pode ocorrer, por exemplo, através da captação da remuneração de capital emprestado a juros, quando esses forem pagos por determinado capitalista que tomou um empréstimo e que, ele sim, comanda determinado processo produtivo. Diferenciam-se assim produção e apropriação de mais-valor, e tangencia-se o problema da repartição do mais-valor no interior da classe capitalista. Esse ponto, prenhe de consequências bastante desenvolvidas por Marx no Livro III de *O capital*, especialmente em suas Seções IV e V, não encontra tratamento sistemático no livro de Nakatani e Marques, mas é tido como pressuposto e é mencionado.

Partindo de tal pressuposto, que, ao mesmo tempo, ajuda a compreender o descolamento e indica o atrelamento entre o assim chamado “mercado financeiro” e a economia dita “real (geradora de mercadorias, de emprego e de renda originária da produção de bens e serviços)” (Nakatani e Marques, 2020, p. 45), os autores apresentam a categoria de capital fictício. O seu objetivo é menos o de buscar examiná-lo enquanto forma universal-singular do capital do que passar em revista suas formas de manifestação na atualidade.

Proseguem, de fato, com o exame das cinco formas particulares sob as quais o capital fictício se apresenta hoje: a dívida pública; o capital bancário; o capital acionário; os derivativos; as criptomoedas. Nessa parte do livro, são trabalhados pontos como: o processo histórico do surgimento do dinheiro de crédito; o lugar da criação secundária de dinheiro, por parte dos bancos, através do sistema de reservas fracionárias, na formação do capital fictício; a transformação da integralidade do dinheiro em dívida; a tendência ao crescimento do endividamento dos Estados; a aparente duplicação do capital no processo de constituição de sociedades por ações ou sociedades anônimas; a flutuação dos preços das ações com base na combinação entre, de um lado, expectativa quanto à possibilidade de pagamentos mais ou menos elevados de dividendos e, de outro lado, intervenção de especuladores; os processos de transferência de risco sobre a tendência futura de preços, manifestos nos derivativos; a exacerbação do fetichismo do capital sob a forma das criptomoedas.

Nos dois primeiros capítulos, as principais categorias foram examinadas e foi apresentado um panorama daquilo que os autores consideraram necessário para subsidiar a análise social e histórica à qual procedem nos capítulos 03 e 04. Estes últimos capítulos, por seu turno, se assentam na exploração dos desdobramentos do seguinte ponto: “na medida em que o dinheiro passou a representar o valor, [...] a busca por ganhar dinheiro sem passar pelas agruras da produção [necessidade de mudança de forma do capital, tempos de interrupção do movimento etc.] se impõe” (Nakatani e Marques, 2020, p. 55).

Essa busca por ganhar dinheiro sem passar pela produção tensiona cada capital particular, e está na base do fenômeno que os autores nomeiam “hipertrofia do capital fictício”. Tal hipertrofia se inicia, segundo eles, ainda nos anos 1950 nos EUA, e metade dos 1960 na Europa, com o fenômeno da “acumulação financeira” decorrente da “centralização dos lucros não reinvestidos e das poupanças das famílias em instituições financeiras com o objetivo de valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros (moedas, obrigações e ações)” (Nakatani e Marques, 2020, p. 41). Teriam contribuído para ela os seguintes processos:

1. Os assalariados passaram a receber seus salários pelo sistema bancário, o que injetou em tal sistema “um volume considerável de dinheiro líquido, que antes não estava disponível” (Nakatani e Marques, 2020, p. 42), permitindo que os bancos ampliassem sua escala de crédito e, posteriormente, lastreando suas aplicações de curto prazo.
2. Nos EUA, grandes contingentes populacionais, preocupados em ter garantias de sustento e qualidade de vida para a família e/ou para si próprios em caso de envelhecimento ou morte, passaram a investir em seguros de vida e fundos de pensão em regime de capitalização, no âmbito da assim chamada previdência privada, o que resultou em elevado acúmulo financeiro.
3. Aceleração do endividamento dos Estados nacionais, que financiam parte do investimento público através de endividamento. Ela é acompanhada pela conversão das dívidas públicas em títulos atrelados a rendimentos, que aparecem como ativo seguro no qual converter parte dos grandes montantes de dinheiro agora disponível nos bancos e fundos de pensão.
4. Elevação das taxas de juros, elevando a remuneração dos investimentos em tais títulos e acarretando outras importantes consequências, como dificuldades de pagamento e rolagem de dívidas por parte de Estados endividados e necessidade de renegociação de suas dívidas.
5. Desregulamentação do mercado financeiro (EUA e Inglaterra, anos 1970), aumentando a liquidez de tais ativos – ou seja, não apenas a faci-

lidade de reconvertê-los em dinheiro, mas as possibilidades de negociar com eles de modos diversos.

Chega-se assim, dos anos 1980 em diante, ao que os autores chamam de “onipresença” ou “dominância do capital portador de juros” sobre o capital industrial, que é definido, por sua vez, como “o capital envolvido na produção de mercadorias” (Nakatani e Marques, 2020, p. 53, nota 09). Essa dominância teria sido possibilitada tecnicamente pela

formação de mercados integrados de moedas e capitais que, com o avanço da rede de computadores, permitiram a realização de negócios entre vários países quase em tempo real [...] [e] aceleraram as transferências de capital de uma parte para outra do mundo, cujos mercados financeiros integrados funcionam durante as 24 horas do dia (Nakatani e Marques, 2020, p. 47).

Uma vez estabelecida tal dominância, os autores exploram suas consequências sobre a economia. Trata-se, para eles, de três consequências de grande envergadura:

1. O desenvolvimento do capital fictício inibe o investimento produtivo, uma vez que acena com a possibilidade de elevados rendimentos sem a necessidade de imobilização de capital na produção.
2. Prioriza-se a rentabilidade do capital fictício em lugar da aferição de lucros, o que, afirma-se, reduz a margem para o engajamento em políticas de longo prazo por parte das empresas e estabelece um compromisso entre capitalistas e frações superiores dos trabalhadores assalariados. Isso ocorreria em duas frentes:
 - a. Transforma-se, econômica e juridicamente, a estrutura de controle e de propriedade do capital. Com isso, grandes empresas passam a ser controladas por acionistas que enxergam nelas o meio de valorizar seus ativos financeiros, tendo como principal objetivo obter as mais altas taxas de rentabilidade no menor prazo, priorizando a “criação de valor acionário” (Nakatani e Marques, 2020, p. 49) em lugar dos lucros. Isso estaria na base de processos de reorganização das empresas em que mesmo filiais lucrativas são fechadas ou deslocalizadas caso sua rentabilidade esteja abaixo de padrões fixados internacionalmente pelos investidores.
 - b. Os gerentes-chave das empresas têm sua remuneração composta parcialmente por “stock options”, ou seja, por ações das empresas que administram. Isso reforçaria a tendência à priorização da ele-

vação dos preços das ações em relação aos lucros, o que, segundo os autores, reduz a margem para a “aplicação de uma política de longo prazo” e constitui “um dos fundamentos do compromisso estabelecido entre a classe capitalista e a fração superior dos assalariados” (Nakatani e Marques, 2020, p. 49).

3. Elevação dos níveis de desemprego e pressão pela redução dos salários. Isso decorreria da combinação entre: baixos níveis de investimento produtivo; fechamento de filiais e/ou departamentos; incentivo à deslocalização das empresas, determinado pelo interesse exclusivo na rentabilidade de curto prazo.

Esses pontos confluem para a seguinte situação: o capital passa, cada vez mais, a lidar com suas contradições através de mecanismos de “fuga para frente”. Buscam-se compensar dificuldades de valorização na esfera produtiva (por exemplo: limite para o rebaixamento dos salários e extensão das jornadas de trabalho, baixa demanda em relação à mastodôntica produtividade atingida em certos setores, capacidade ociosa) através da obtenção de rendimentos na esfera financeira. Esse fenômeno determina o movimento de cada capital particular, representando tendência de movimento do capital em geral, de tal modo que o centro dinâmico da acumulação passa a basear-se na ampliação das formas de capital portador de juros, especialmente do capital fictício (Nakatani e Marques, 2020, p. 55).

Chega-se assim, no capítulo 04, ao exame da forma atual, aparentemente financeira, das crises capitalistas. Os autores põem no centro desse estudo a crise de 2007-2008, partindo do levantamento de seus antecedentes, com a queda da Nasdaq em 2004, e estendendo a análise até as tendências em curso nos dias de hoje.

Desde logo é refutada a interpretação de que tal crise teria sido uma “crise financeira” que teria “contaminado o lado real da economia”. Argumenta-se que um entendimento como esse repousa “na falta de compreensão do movimento do capital, [...] quando o capital portador de juros e, em particular, sua forma de capital fictício, assumiu a dominância nas relações econômicas e políticas” (Nakatani e Marques, 2020, p. 55). Uma vez que tal dominância é compreendida não como distorção, mas como “desdobramento lógico do capitalismo”, afirma-se que “a crise atual é uma crise do capital, cuja manifestação primeira ocorreu na esfera financeira” (*ibidem*).

Após a exposição mais detida dos vetores que confluíram para o desencadeamento daquela crise e dos modos particulares através dos quais ela se manifestou, passa-se à discussão, por um lado, das medidas tomadas para superá-la, e, por outro lado, de como ficou a situação da economia mundial pós-crise.

Quanto ao primeiro ponto, os autores ressaltam que, apesar dos assim cha-

dados pacotes de salvamento, incluindo redução das taxas de juros, injeção de liquidez na economia através da compra de títulos com criação primária de moeda pelos bancos centrais, e, até mesmo, movimentos na direção do aumento dos gastos sociais, redução relativa de gastos militares e elevação da tributação sobre setores mais ricos da população, não se teria tocado no fundamental, e, portanto, o capitalismo não estaria em condições de superar plenamente sua crise.

Por isso, aquela crise teria sido seguida pela relativa estagnação na qual a economia mundial se encontra até hoje. São, assim, apontadas as seguintes contradições em curso: descolamento entre o dinamismo dos mercados e a evolução subjacente da economia mundial (Nakatani e Marques, 2020, pp. 45 e 61); estagnação do crescimento econômico; alto nível de ociosidade; baixo nível das taxas de lucro; altas taxas de retorno dos investimentos em ativos financeiros, relativamente aos produtivos (Nakatani e Marques, 2020, p. 61 e seguintes).

A exposição de tais pontos conduz às seguintes perguntas:

1. Qual seria aquele ponto fundamental que permaneceu intocado, e que colocaria o capitalismo contemporâneo numa espécie de beco sem saída da estagnação?
2. Seria possível e desejável superar os problemas apontados permanecendo nos marcos do próprio modo de produção capitalista? Se sim, como?
3. Se não, como superá-lo?

Essas são questões cujas respostas os autores preferiram deixar em aberto, e o desafio está lançado ao leitor.

Referências

- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livros I. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. Livro II. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.
- NAKATANI, Paulo e MARQUES, Rosa. *O capitalismo em crise*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

Recebido em 28 de janeiro de 2021

Aprovado em 26 de março de 2021